

Nota informativa para candidatos a emprego

DGS Brasil Ltda, com localização na Av. Cauaxi, 293 Salas 2511 e 2512 Alphaville Centro 06454-020 - Barueri - SP ("Dedalus") atribui grande importância e pretende prestar especial atenção à proteção dos seus dados pessoais e ao respeito pela sua privacidade.

O objetivo desta política de privacidade (a "**Política**") é, portanto, informá-lo sobre a forma como os seus dados pessoais são tratados quando apresenta a sua candidatura a um cargo na Dedalus (emprego remunerado, estágio, etc.).

A este respeito, note que a Dedalus é considerada como a responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais (doravante referidos como "**nós**", "**nos**" e "**nosso**"). Consulte a Secção 7 ("**Como nos pode contactar?**") abaixo para aceder aos dados de contacto.

1

QUAIS OS DADOS PESSOAIS QUE RECOLHEMOS?

Recolhemos as seguintes categorias de dados pessoais a seu respeito:

- Dados de identificação (por exemplo, apelido, nome próprio, data de nascimento, sexo atribuído à nascença, etc.).
- Dados profissionais e educacionais (por exemplo, currículo, identidade do seu atual empregador (se aplicável).
- Dados de avaliação relativos às suas competências profissionais, incluindo os resultados dos testes práticos realizados durante o processo de recrutamento
- Dados pessoais (ou seja, dados relativos à sua vida pessoal, tal como constam no seu currículo ou que transmite voluntariamente nos seus intercâmbios connosco, tais como os seus passatempos ou o seu estado civil).
- Dados económicos (por exemplo, o seu salário atual e as suas expectativas salariais, etc.).
- Dados relacionados com a saúde (por exemplo, informação sobre deficiência) e outras categorias especiais de dados (por exemplo, origem racial, ou étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, filiação sindical), se aplicável nos termos da legislação local.
- Dados relacionados com condenações e delitos penais, se autorizados pela legislação local.

O fornecimento dos seus dados pessoais é voluntário, mas na maioria dos casos, não poderemos processar corretamente a sua candidatura sem isso. Por exemplo, fornecer informações sobre o seu sexo à nascença é opcional, e pode optar por não o revelar; no entanto, se recusar a fornecer-nos as informações razoavelmente necessárias sobre a sua formação e experiência profissional, não poderemos determinar se o seu perfil corresponde às necessidades do cargo e teremos de rejeitar a sua candidatura.

Em qualquer caso, informá-lo-emos quando for obrigatório facultar os seus dados pessoais.

Adicionalmente, se nos fornecer dados pessoais pertencentes a terceiros (por exemplo, dados de contacto de pessoas com quem possamos verificar as suas referências), compromete-se a

assegurar que tais pessoas foram devidamente informadas do tratamento dos seus dados pessoais em conformidade com esta política e, se necessário, consentiram no tratamento dos seus dados pessoais.

Os dados pessoais podem ser recolhidos diretamente de si ou podem ser fornecidos por terceiros (tais como, empregadores anteriores para verificar as suas referências) e/ou fontes acessíveis ao público.

2

POR QUE É QUE USAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

A tabela abaixo realça as finalidades para as quais tratamos os seus dados pessoais e, para cada finalidade, a base legal para a operação de tratamento em questão:

FINALIDADES	BASE JURÍDICA
Tratamento da sua candidatura para: (i) determinar a adequação do seu perfil à posição em questão; e (ii) fazer-lhe uma oferta se acreditarmos que o seu perfil corresponde à posição a que se candidatou.	O nosso legítimo interesse em avaliar a sua candidatura de acordo com as nossas necessidades de recrutamento. Se categorias especiais de dados (tais como, dados relativos à sua saúde, a sua filiação num sindicato e/ou as suas opiniões políticas, origens raciais e/ou étnicas, crenças filosóficas e/ou religiosas, etc.) forem tratadas neste contexto, a base jurídica para tal tratamento é a necessidade de cumprir as leis pertinentes. (Art. 7, IX, LGPD)
Monitorização do desempenho e melhoria dos processos internos, em particular no que diz respeito à igualdade, eficiência e inclusão nos nossos procedimentos de recrutamento.	Necessidade de cumprir com uma obrigação legal a que estamos sujeitos e o nosso interesse legítimo é melhorar os nossos procedimentos de recrutamento, promovendo a eficiência, a igualdade e a inclusão. (Art. 7, II e IX, LGPD)
Conformidade com o quadro legal aplicável	Necessidade de cumprir com uma obrigação legal a que estamos sujeitos. (Art. 7, II, LGPD)
Gestão e acompanhamento de potenciais litígios	O nosso interesse legítimo é defender os nossos direitos, inclusive através de ações judiciais. (Art. 7, VI, LGPD)
Tratamento do seu pedido para receber os nossos alertas de emprego	O seu consentimento opcional. (Art. 7, I, LGPD)

Em qualquer caso, note que não trataremos os seus dados pessoais para qualquer outra finalidade que seja incompatível com as finalidades acima mencionadas.

3

COM QUEM PARTILHAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

No contexto das nossas operações de tratamento, podemos comunicar os seus dados pessoais aos seguintes destinatários:

- aos nossos prestadores de serviços, fornecedores, agentes e contratantes, na medida em que nos assistem na concretização dos objetivos estabelecidos nesta política (por exemplo, utilizamos prestadores de serviços de TI para alojar os seus dados pessoais em nosso nome).
- a outras entidades do Grupo Dedalus.
- aos tribunais competentes, autoridades públicas, agências governamentais e agências de aplicação da lei (incluindo onde somos obrigados a cumprir os pedidos legais ou regulamentares).

Independentemente do destinatário, apenas lhes divulgaremos os seus dados pessoais com base na estrita necessidade de os conhecer e apenas na medida necessária para cumprir os objetivos identificados nesta política.

Não vendemos os seus dados pessoais.

4

TRANSFERIMOS DADOS PARA FORA DO BRASIL?

Em relação às operações de tratamento descritas nesta política, podemos transferir os seus dados pessoais para fora do Brasil, inclusive para países que não são reconhecidos pelo Brasil como fornecendo um nível adequado de proteção de dados.

Neste contexto, garantimos que o nível de proteção dos seus dados pessoais não é afetado negativamente por tais transferências.

Isto significa especificamente que cada uma das transferências pretendidas se baseia num dos seguintes mecanismos, pelo menos:

- cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência;
- cláusulas contratuais padrão;
- normas empresariais globais;
- selos, certificados e códigos de conduta emitidos regularmente;
- quando a transferência é necessária para a cooperação jurídica internacional entre os serviços públicos de informação, investigação e ação penal, em conformidade com os instrumentos de direito internacional;
- quando a transferência é necessária para proteger a vida ou a segurança física do titular ou de um terceiro;
- quando a autoridade nacional autoriza a transferência;
- quando a transferência resulta num compromisso assumido num acordo de cooperação internacional;

- quando a transferência é necessária para a execução da ordem pública ou atribuição legal do serviço público, sendo a publicidade feita nos termos do ponto I do caput do art. 23 desta Lei;
- quando o titular tiver dado o seu consentimento específico e proeminente para a transferência, com informações prévias sobre a natureza internacional da operação, distinguindo-a claramente de outras finalidades; ou
- para cumprimento de uma obrigação legal ou regulamentar por parte do responsável pelo tratamento;
- quando necessário para a execução de um contrato ou procedimentos preliminares relacionados com um contrato do qual a pessoa em causa é uma parte, a pedido da pessoa em causa;

para o exercício regular dos direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, este último nos termos da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem); Pode obter cópias destes documentos enviando um e-mail ao nosso Responsável pela Proteção de Dados ("**RPD**"), cujos dados de contacto são indicados na Secção 7 (*Como nos pode contactar?*) abaixo.

5

DURANTE QUANTO TEMPO ARMAZENAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

Armazenamos os seus dados pessoais por um período não superior ao necessário para as finalidades do tratamento em questão.

Por outras palavras, isto significa que os períodos de armazenamento que aplicamos variam consoante a finalidade para a qual tratamos os dados em questão. A tabela abaixo indica, por isso, para cada finalidade, o período de armazenamento que será aplicado aos seus dados pessoais:

FINALIDADES	PERÍODO DE ARMAZENAMENTO
Tratamento da sua candidatura para: (i) determinar a adequação do seu perfil à posição em questão; e (ii) fazer-lhe uma oferta se acreditarmos que o seu perfil corresponde à posição a que se candidatou.	Se a candidatura não for aceite, os dados serão conservados até ao final do processo de recrutamento ou, o mais tardar, durante 6 meses após o final do processo em causa.
Monitorização do desempenho e melhoria dos processos internos, em particular no que diz respeito à igualdade, eficiência e inclusão nos nossos procedimentos de recrutamento.	Os dados serão mantidos em arquivo até ao final do processo de recrutamento ou, no máximo, durante 6 meses após o final do processo em questão. Em qualquer caso, os dados serão agregados e anonimizados para realizar a análise relevante dos nossos procedimentos de recrutamento.
Conformidade com o quadro legal aplicável	Pela duração do período de prescrição das obrigações a que estamos sujeitos

Gestão e acompanhamento de potenciais litígios	Pela duração do litígio e até se esgotarem todas as vias de recurso potenciais
Tratamento do seu pedido para receber os nossos alertas de emprego	Até que o seu consentimento seja retirado

Também definimos uma política de arquivamento. Isto assegura que os seus dados pessoais não são armazenados desnecessariamente na base de dados ativa.

Em qualquer caso, uma vez decorrido o período de armazenamento aplicável, apagaremos irrevogavelmente ou tornaremos anónimos os seus dados pessoais para que não possa mais ser identificado.

6

QUE DIREITOS LHE ASSISTEM?

Em conformidade com o quadro jurídico aplicável em matéria de proteção de dados, em especial a LGPD, tem os seguintes direitos como titular dos dados:

- Pode solicitar a confirmação da existência de tratamento.
- Pode solicitar o acesso aos seus dados pessoais e solicitar que estes sejam retificados ou apagados.
- Pode solicitar a correcção de dados incompletos, imprecisos ou desactualizados;
- Pode solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de desnecessários, excessivos ou processados em violação da LGPD.
- Tem também o direito de solicitar que o tratamento dos seus dados pessoais seja restringido ou de se opor aos mesmos.
- Tem o direito à portabilidade dos seus dados pessoais para outro fornecedor de serviços ou produtos, mediante pedido expresso em conformidade com a regulamentação da autoridade nacional (CNPd), observando os segredos comerciais e industriais.
- Tem também o direito à informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais o responsável pelo tratamento fez uso comum dos dados;
- Tem direito à informação sobre a possibilidade de não dar o consentimento e as consequências de não dar o consentimento;
- Quando o tratamento dos seus dados pessoais se baseia no seu consentimento, queira notar que pode retirar o seu consentimento em qualquer altura, sem afetar a legalidade do tratamento baseado no seu consentimento efetuado antes da retirada dos mesmos.

No entanto, é de notar que alguns dos direitos acima referidos estão sujeitos a condições específicas ditadas pelo quadro jurídico aplicável em matéria de proteção de dados. Deste modo, se a sua situação específica não preencher estas condições, infelizmente não poderemos satisfazer o seu pedido.

Para exercer os seus direitos, queira contactar o nosso RPD utilizando os dados de contacto fornecidos na Secção 7 (*Como pode contactar-nos?*). Para processar o seu pedido o mais

eficientemente possível, podemos pedir-lhe certas informações adicionais para confirmar a sua identidade e/ou ajudar a localizar os dados pessoais que constituem o objeto do seu pedido.

Em qualquer caso, queira notar que pode apresentar uma queixa junto da Autoridade de controlo para proteção de dados relevante. O canal de apresentação de queixas pode ser acedido através da seguinte ligação:

https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/cidadao-titular-de-dados/denuncia-de-descumprimento-da-lgpd.

7

COMO NOS PODE CONTACTAR?

Se tiver quaisquer perguntas ou pedidos relativos às nossas operações de tratamento dos seus dados pessoais ao abrigo desta política, incluindo o exercício dos seus direitos, como acima descrito, pode contactar-nos no seguinte endereço: rhbrasil@dedalus.com.

Também nomeamos um responsável pela proteção de dados ("**DPO**"), que pode contactar por correio eletrónico para o seguinte endereço:

para Dedalus com sede no Brasil: dpo.br@dedalus.com

Versão atual: [Dedalus - política de privacidade para candidatos - v. 3]

Última atualização: Agosto, 2025